

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 03/04/2014 - Edição 1020

É GREVE! Vigilantes de transporte de valores de Pernambuco aprovam indicativo de greve a partir de segunda-feira (7).



Assembleia aprova indicativo de greve. Vigilantes de Transporte de Valores de Pernambuco devem cruzar os braços a partir de segunda-feira (7).

Reunidos em assembleia na noite de quarta-feira (2), na sede do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco (Sindesv-PE) os vigilantes de transporte de valores de Pernambuco aprovaram o indicativo de greve a partir da próxima segunda-feira, dia 7 de abril. Entre as principais reivindicações estão o reajuste salarial de 20% e do tíquete-refeição para R\$20. Atualmente o valor percebido pelos trabalhadores é de R\$13 por dia.

O Sindesv-PE já vinha se

reunindo com o sindicato patronal nas rodadas de negociações durante os primeiros meses do ano para debater a pauta de reivindicações entregue pelos representantes dos trabalhadores no final de novembro passado. A proposta dos empresários – reajuste salarial de 8,5% e tíquete de R\$16 – foi rejeitada pela assembleia.

Durante o próximo final de semana a diretoria do Sindicato estará reunida para definir os comandos de greve e todas as atividades que serão realizadas.

O presidente do Sindesv-PR, José Inácio Cassiano de Souza, orienta os vigilantes a seguirem as coordenadas da entidade. “É fundamental que haja participação e toda a categoria para que o movimento grevista seja exitoso. Mas também precisamos que os trabalhadores respeitem a Lei da Greve e não iniciem nenhuma paralisação por conta própria antes de segunda-feira, pois precisamos cumprir o prazo legal de aviso prévio de 72 horas”, esclareceu.

Fonte: CNTV

Nova diretoria do Sindicato dos Vigilantes do Ceará toma posse, desfilia-se da CUT e filia-se ao Conlutas

A chapa de oposição que disputou e venceu a eleição do Sindicato dos Vigilantes do Estado do Ceará no final do mês de janeiro foi empossada no dia 26 de março pelo Ministério Público do Trabalho na presença de vários dirigentes sindicais. Entre eles estavam João Soares (Federação dos Vigilantes do Paraná - CUT, Frank Romero (Federação Norte/Nordeste - Força Sindical), Carlos Neves (Sindvalores/DF - CUT), entre outros.

A nova direção tem como Presidente o vigilante Daniel

Borges. Uma das primeiras decisões da nova direção foi desfiliar o Sindicato da CUT e filiar ao Conlutas e tem a tarefa de consolidar as conquistas da categoria e avançar sempre na valorização, respeito e reconhecimento dos profissionais de segurança privada. A direção da CNTV saúda as novas lideranças, faz votos de um bom mandato e coloca-se à disposição para colaborar nas lutas em defesa dos vigilantes.

Fonte: CNTV

Vigilante será indenizado por trauma causado por emboscada a carro-forte



A Proforte - Transporte de Valores foi condenada a pagar indenização de R\$ 100 mil por danos morais a um vigilante que passou a sofrer de patologia emocional grave depois que o carro-forte em que estava como chefe de equipe sofreu uma emboscada, capotou e foi metralhado. A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a recurso da empresa, que pretendia a extinção da condenação.

Na reclamação, o trabalhador, contratado para a função de guarda valor, anexou reportagens que retratavam a violência do ataque, e contou o trauma que sofreu. Em 16/4/2003, uma quadrilha, armada com fuzis, usou um caminhão trator para colidir e tirar o carro-forte da estrada, provocando sua capotagem.

A seguir, os assaltantes abriram

fogo contra o veículo, utilizando armamentos de grosso calibre, como fuzis HK, AR-15 E FAL, de uso exclusivo das Forças Armadas. Um vigilante morreu e outros ficaram feridos, inclusive o autor da ação, e ainda foram agredidos a socos, pontapés e coronhadas pelos bandidos.

Apesar de perícias médicas indicarem que o vigilante passou a sofrer de graves distúrbios psiquiátricos como consequência do episódio, seu pedido de indenização por danos morais foi indeferido na primeira instância. Mas recurso do trabalhador ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reverteu a situação. Independentemente de culpa ou ilicitude, o Regional determinou que a empresa pagasse ao vigilante indenização por danos morais de R\$ 100 mil.

O TRT esclareceu que, apesar de não haver ato ilícito por parte da Proforte que tivesse contribuído para a ocorrência do fato, nem provas de sua negligência na adoção das medidas de segurança necessárias à atividade, a empresa devia ser responsabilizada. Aplicou, ao caso, a responsabilidade prevista no artigo 927, parágrafo único, do

Código Civil, porque a atividade da empresa, de extremo risco, expõe seus empregados, que “não são remunerados para isso”.

A empresa recorreu ao TST afirmando ser descabida a condenação, porque não deu causa para o acidente e nem foi provada imprudência ou negligência de sua parte. Ao examinar o recurso, o relator, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, salientou que o transporte de valores, mesmo com a utilização de todos os meios de prevenção recomendados pelas autoridades de segurança pública, “permite a ocorrência de lesão à integridade física do trabalhador, como a ocorrida, em que o empregado sofreu violência e presenciou momentos de terror”.

De acordo com o relator, “aquele que desenvolve atividade cujos riscos, ainda que adotadas todas as medidas de cautela, não possam ser suprimidos, deve por eles responder, já que deles se beneficia economicamente”. Do contrário, “estar-se-ia transferindo o risco da atividade econômica para o empregado, em manifesto desrespeito ao artigo 2º da CLT”.

Fonte: TST

Bancários param agência de negócios sem segurança do Itaú em Belém



Novo modelo de atendimento do banco traz insegurança e exclusão de clientes

Há quase uma semana, o Itaú inaugurou uma nova agência de negócios no centro de Belém. O que deveria ser sinônimo de geração de empregos e serviços à população é, na verdade, retrato de insegurança e perigo, o que levou os bancários a fechar a unidade na terça-feira (1º) por 24 horas.

“Desde quando o Itaú abriu, a agência não possui porta de segurança e muito menos vigilantes, ou seja, bancários e clientes contam com a própria sorte para não serem vítimas da insegurança, nesse caso, pública e privada”, destacou o diretor do Sindicato dos Bancários do Pará, que também é funcionário do Itaú, Victor Araújo.

Sem vigilantes e porta giratória



Desde 1983 existe a lei federal nº 7.102/83 que determina os itens de segurança que um estabelecimento financeiro deve ter:

Art. 1º - É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei.

Parágrafo 1º - Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupança, suas agências, postos de atendimento, subagências e seções, assim como as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências.

“Ao invés de melhorar a estrutura e os serviços oferecidos à população, o Itaú piora ao reformular o modelo de suas novas agências, onde busca diminuir os custos, enxugando o quadro de funcionários e sobrecarregando os trabalhadores restantes para aumentar ainda mais os lucros, retirando investimentos na segurança de seus clientes e usuários. Não podemos esperar que um assalto ocorra para o Itaú instalar porta giratória e contratar vigilantes”, afirmou o diretor de bancos privados do Sindicato e funcionário do Bradesco, Saulo Araújo.

Agência excludente

Esse novo modelo de agências do Itaú não possui bateria de caixas, exclui correntistas de baixa renda e também não atende quem não tem conta no banco. Esses clientes e usuários são direcionados, através de um papel anexado na porta principal, para unidades próximas se precisarem de determinados serviços.

“O Itaú precisa deixar de enxergar pessoas, sejam bancários, clientes e usuários, como despesas, e proporcionar a todas essas pessoas melhores condições de trabalho, atendimento e mais segurança em qualquer uma de suas unidades. Essa nova agência está localizada em um local de alto risco em Belém, trabalha com numerário já que possui caixas eletrônicos e várias transações bancárias são feitas internamente”, ressaltou o diretor do Sindicato e funcionário do banco, Sandro Mattos.

O Sindicato vai denunciar o caso ao Ministério Público do Pará e à Polícia Federal.

Fonte: Contraf-CUT com Seeb Pará

Fórum Nacional retoma plano de ação contra o PL 4330 da terceirização



Aconteceu nesta quarta-feira (2), na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, a primeira reunião em 2014 do Fórum Nacional Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. O encontro serviu para atualizar informações e iniciar as discussões para retomar o plano de ação, principalmente no enfrentamento do Projeto de Lei (PL) 4330/2004, do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), que permite a terceirização em todas as áreas.

O Fórum é integrado por diversas entidades, como Dieese, CUT, Contraf-CUT, Anamatra, ANPT, Abet, Alal, acadêmicos do Cesit/Unicamp, entidades de diversas centrais sindicais, intelectuais e pesquisadores do trabalho, entre outros.

Trata-se de um espaço de organização e mobilização, construído em 2013, que foi fundamental para barrar a votação do PL 4330 na Câmara dos Deputados, bem como a tramitação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 87, do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que também precariza as relações trabalhistas e enfraquece a organização sindical.

Com a força da mobilização, o movimento conseguiu evitar a aprovação do PL 4330 na Câmara em 2013 e construir um acordo para postergar a apreciação do projeto somente após as eleições de 2014.

“O fato é que o PL 4330 está na fila das matérias a serem apreciadas pelo Plenário da Câmara. E nos chegamos informações da intenção de alguns deputados de colocá-lo em votação no apagar das luzes dessa legislatura para não deixá-lo aos novos parlamentares que tomarão posse em janeiro de 2015”, afirma Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT.

“Nós também temos que ficar alertas com o PLS 87 no Senado, porque a estratégia dos empresários mudou, diante da pressão que conseguimos fazer na Câmara ano passado. Como no Senado se renova apenas 1/3 da Casa, os senadores podem se sentir mais à vontade para aprovarem, até mesmo por desconhecimento dos efeitos da aprovação da matéria, que é idêntica ao PL 4330 da Câmara”, aponta Miguel.

Manter a mobilização

Segundo o diretor da Contraf-CUT, os empresários querem confundir a sociedade, com argumentos inverídicos que começam a aparecer em peças publicitárias, como a patrocinada pela Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental (FEBRAC), dizendo que, se o PL 4330 não for aprovado, significará a demissão de cerca de 12 milhões de trabalhadores.

“É a velha tática de esparramar o terrorismo para justificar as intenções malélicas que estão por trás, que é a implantação da total precarização das relações do trabalho no Brasil, tornando nulos os efeitos dos acordos e convenções coletivas, desconfigurando as categorias profissionais organizadas e todo o mercado formal de trabalho e obviamente aumentando o lucro das empresas e a consequente concentração da riqueza do país. Com isso, todos os ganhos econômicos da última década da classe trabalhadora no Brasil serão jogados por terra”, destaca Miguel.

Atividades

Foi definida uma série de atividades, como participar em seminários e debates e pautar a terceirização nas atividades do dia 28 de abril em memória das vítimas de acidentes de trabalho. Em São Paulo, será realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa.

Também foi debatida a conjuntura atual, onde se destaca a realização da Copa do Mundo. A ideia é aproveitar o evento, fazendo com que os trabalhadores deem o seu recado, torcendo pela vitória do Brasil, mas reafirmando os seus direitos, utilizando slogans em banners e camisetas como “Terceirizar é bola fora” e “Terceirizar é gol contra”.

Ainda foi discutida a importância de pautar o assunto nas eleições gerais de 2014. Nova reunião do Fórum será agendada para definir novos encaminhamentos.

Fonte: Contraf-CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF